

Coordenadoria Estadual
de Defesa da Fauna

TERMO DE COMPROMISSO POSITIVO que celebram o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Município de Casa Grande versando políticas públicas destinadas ao controle populacional ético e humanitário de cães e gatos em área urbana

Aos 06 dias do mês de junho de 2022, pelo presente instrumento, de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio dos (s) órgãos de execução signatário (s), doravante denominado **COMPROMITENTE**, e de outro lado o **MUNICÍPIO DE CASA GRANDE**, pessoa jurídica de direito público, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, neste ato representado pelo Exmo. (a) Prefeito (a) Municipal, Sr. **LUIZ OTÁVIO GONÇALVES** e conforme permitido pelo artigo 5º, parágrafo 6º da Lei nº 7.347/1985;

Considerando que restou apurado que o município compromissário carece de implantação de política pública eficiente de controle populacional e de proteção a cães e gatos;

Considerando o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal que estabelece a incumbência do Poder Público em proteger a fauna e a flora, sendo vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade;

Considerando a Lei Federal nº 13.426/2017 que estabelece critérios sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos;

Considerando que a Lei nº 21.970/2016 atribui a competência aos municípios de implementar ações que promovam a identificação e controle populacional de cães e gatos;

Resolvem firmar o presente **TERMO DE COMPROMISSO POSITIVO**, observando-se o adiante assumido:

I - DAS CLÁUSULAS ESPECÍFICAS:

Coordenadoria Estadual
de Defesa da Fauna



Cláusulas relativas ao controle populacional ético de cães e gatos

1) O compromissário obriga-se a, no prazo de 04 meses a contar da assinatura do presente termo, como forma de normatizar o controle das populações de cães e gatos, encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei versando sobre o assunto, com base na Lei Federal 13.426/2017 e na Lei Estadual 21.970/2016.

2) O compromissário obriga-se a dar ciência ao compromitente de todos os atos do processo legislativo que dizem respeito à tramitação do projeto de lei descrito no item anterior.

3) O compromissário obriga-se, no prazo de 06 meses a contar da assinatura do presente termo, a iniciar a implantação de programa de manejo humanitário e efetivo de cães e gatos em área urbana mediante a execução das seguintes medidas legais, entre outras que se entender pertinentes:

3.1) ***Esterilizar cirurgicamente***, no mínimo, 10% da população de cães e gatos da localidade por ano.

Para os fins deste termo considerou-se o número de doses administradas durante a Campanha Nacional de Vacinação Antirrábica como dado estatístico auxiliar à estimativa da população de cães e gatos do Município.

Considerando-se que a meta da campanha de vacinação antirrábica é atingir cobertura vacinal mínima de 80% da população total estimada, é necessário um acréscimo de 20% ao número de animais vacinados de modo a obter a população total (100%), chegando-se ao número de animais a serem vacinados.

ao seguinte quantitativo:

Município	Cães vacinados		Gatos vacinados	Ano de Referência
	1.076		Doses	
Casa Grande			224	2021
População total de cães	1.345	10% da população a ser esterilizada por ano	135	
População total de gatos	280	10% da população a ser esterilizada por ano	28	

Coordenadoria Estadual
de Defesa da Fauna



3.1.1) As castrações deverão ser realizadas em mutirões realizados, no mínimo, a três meses, mediante técnica cirúrgica que cause o menor sofrimento aos animais, de maneira ética, com insensibilização, de modo que não se exponha o animal a estresse e a crueldade, abuso ou maus-tratos, nos termos da legislação vigente. Em cumprimento, dev o compromissário atender ao seguinte cronograma:

	Número de cães a serem esterilizados por semestre	Número de gatos a serem esterilizados por semestre
No primeiro semestre	17	4
No segundo semestre	34	7
No terceiro semestre	51	11
No quarto semestre	68	14

3.1.2) O número de castrações poderá ser alterado, mediante nova pactuação em assinatura dos signatários deste termo, caso o compromissário realize o censo animal.

3.1.3) O compromissário obriga-se a priorizar a esterilização de animais de rua, bem como, a necessidade de atendimento emergencial, em face da superpopulação ou que apresente quadro epidemiológico.

3.2) Implantar o *serviço municipal de registro e de identificação de cães e gatos*, onde serão armazenados dados relativos ao animal, tais como, a indicação de seu local de residência, a identificação do tutor, se é ou não esterilizado e o comprovante de vacinação.

Parágrafo único: até que o Estado disponibilize sistema de banco de dados padronizado e acessível que armazene as informações de que trata o caput, em atenção ao que dispõe o art. 2º, § 2º da Lei nº. 21.970/2016, o município poderá eleger o modo de identificação ético de sua preferência. Após a criação do banco de dados pelo Estado de Minas Gerais, devendo o promissário disponibilizar processo de identificação de cães e gatos por meio de dispositivo eletrônico subcutâneo (microchip).

3.3) Promover *campanhas quadrimestrais de educação humanitária*¹ que promova, dentre outras diretrizes consideradas pertinentes, a difusão do conceito de guarda responsável e a sensibilização da população sobre leishmaniose visceral, de maneira a garantir a

¹ Sugere-se a realização de três campanhas anuais, sendo uma delas promovida pela Secretaria de Saúde e a última pela Secretaria de Meio Ambiente.

Coordenadoria Estadual
de Defesa da Fauna



universal às informações relativas à zoonose, a divulgação da importância da vacinação, vermifugação e castração de cães e gatos e o combate aos maus-tratos e ao abandono.

3.4) Promover medidas para assegurar que pessoas físicas ou jurídicas que comercializem animais para *reprodução com fins comerciais*² cumpram as condições estabelecidas no art. 4º da Lei 21.970/2017, devendo, para tanto, adotar as seguintes ações, no mínimo, sem prejuízo de outras que entenda relevantes:

- a) Fiscalizar “denúncias” de irregularidades no exercício dessa atividade comercial, notadamente quando houver relato de abusos e de maus-tratos;
- b) Exigir o cumprimento do art. 4º da Lei 21.970/2017 no momento da concessão de licença de funcionamento da atividade comercial;
- c) Inserir o tema nas campanhas de educação ambiental a que se refere o art. 3.3 e realizar a comunicação à população em geral por meio da imprensa oficial e das redes sociais porventura mantidas pelo município.
- d) Adotar providências administrativas pertinentes destinadas à regularização

ou, quando impossível, à cessação da atividade das pessoas físicas ou jurídica criam cães e gatos para fins comerciais de forma clandestina, ou seja, sem alva localização e de funcionamento, a rigor do que determina o art. 40 da Lei Estadual 13.337/1999.

3.5) Realizar, por si ou por entidades protetoras previamente cadastradas, ***campanhas periódicas de adoção de animais abandonados*** depois de devidamente castrados, vacinados (contra raiva e doenças específicas), vermifugados, registrados e com exames negativos para leishmaniose. Os animais deverão ser entregues aos interessados somente mediante assinatura de termo de guarda responsável, cujo cumprimento deverá ser fiscalizado.

3.6) Promover medidas de ***proteção aos cães comunitários***³ mediante, no mínimo, disponibilização de esterilizações cirúrgicas gratuitas, registro e identificação, e comunicação

² A Lei Estadual 13.317/1983, com a alteração determinada pela Lei 21.970/2016 determina, em seu art. 40, que a comercialização de animais domésticos e sua criação para fins de reprodução dependem de licença do poder público municipal.

³ Lei 21.970/2016. Art. 6º O cão ou gato comunitário recolhidos nos termos do art. 5º serão esterilizados, identificados e devolvidos à comunidade de origem pelo órgão competente. Parágrafo único. Entende-se por

Coordenadoria Estadual
de Defesa da Fauna



à sociedade acerca do direito desses animais ao espaço público, à alimentação, aos cuidados veterinários e ao respeito a sua integridade física e mental.

4) O compromissário obriga-se a não realizar o extermínio de cães e gatos para fins de controle populacional.

5) O compromissário obriga-se a incluir nas leis orçamentárias dos anos seguintes (Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) as medidas e previsões necessárias ao implemento efetivo das políticas públicas aqui tratadas, tanto no âmbito do viés da saúde pública quanto sob o viés do bem-estar animal.

Cláusulas relativas ao recolhimento, cuidado e destinação de cães e recolhidos pelo compromissário ao abrigo público municipal

- 6) O compromissário, ***caso possua abrigo municipal***, deverá observar as seguintes diretrizes para o recolhimento de animais ao equipamento público:
- a) Não recolher, a pedido do tutor, animais que não sejam nocivos à saúde e segurança de seres humanos.
 - b) Limitar-se ao recolhimento seletivo de cães e gatos às hipóteses de: (i) Risco animal: fêmeas gestantes, filhotes, deficientes e/ou animais que necessitam atendimento médico veterinário emergencial; (ii) Risco zoonótico: animais suspeitos de serem portadores de zoonoses podem ser recolhidos para realização de exames e tratamento; (iii) Risco à segurança pública: animais com distúrbio comportamental podem ser recolhidos para esterilização e adestramento.
- 7) O compromissário deverá, após a observação clínica por tempo razoável e se atestado por médico veterinário que o animal recolhido é saudável e não apresenta nocividade à saúde pública, providenciar sua castração, vermifugação, vacinação e registro e, após, ir

ou gato comunitário aquele que, apesar de não ter responsável definido e único, estabelece com a comunidade onde vive vínculos de dependência e manutenção.

Coordenadoria Estadual
de Defesa da Fauna



lo em programa de adoção. Caso não seja adotado, poderá o compromissário reintroduzir o animal na comunidade, dando-se preferência a sua localidade de origem.

- 8) O compromissário, ***caso possua abrigo para cães e gatos***, obriga-se a adotar as boas práticas no manejo, transporte e guarda, de modo a assegurar níveis satisfatórios de bem-estar aos animais por si abrigados, mediante as seguintes medidas, no mínimo:

- a) Providenciar o registro do abrigo municipal e do médico veterinário como responsável técnico – RT perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais (CRMV-MG)
- b) Manter um médico veterinário com atuação permanente no abrigo, o qual deverá prestar atendimento aos animais e lhes assegurar níveis satisfatórios de saúde e bem-estar.
- c) Providenciar alimentação específica e de boa qualidade para adultos e filhotes.
- d) Dar alimento diário aos animais recolhidos, mediante fornecimento de ração própria e água potável *ad libitum* e providenciar novos comedouros e bebedouros para cães e gatos.
- e) Realizar captura de maneira ética e que não exponha o animal a estresse ou sofrimento desnecessários.
- f) Manter os animais recolhidos em alojamentos separados por porte e condição de saúde, bem como, permitir sua exposição diária ao sol e acesso a recreação, através de enriquecimento ambiental.
- g) Realizar a higienização permanente das instalações, celas e veículos, mantendo o ambiente livre de infecções.
- h) Dar destinação ambientalmente adequada a carcaças e resíduos de animais mortos.

Coordenadoria Estadual
de Defesa da Fauna



- i) Elaborar o PGRSS – Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde do abrigo.

- j) Descartar imediatamente produtos com data de validade expirada estejam armazenados no estoque, de acordo com o PGRSS.
- k) Manter, de forma permanente e adequada, instalações, instrumentos e servidores em número adequado ao atendimento dos animais abrigados.
- l) Manter, de forma permanente e adequada, itens da farmácia veterinária, tais como, anestésicos, vermífugos e medicamentos para controle de ectoparasitos, como pulgas e carrapatos.
- m) Documentar todos os procedimentos executados no abrigo por meio de POP – Procedimento Operacional Padrão; Higienização e desinfecção periódica das instalações, celas e veículos do abrigo.
- n) Comunicar por escrito ao compromitente eventuais casos de maus-tratos de animais que cheguem ao conhecimento do órgão responsável, fornecendo, sempre possível, a qualificação do (s) autor(es) do fato e seu endereço.
- o) Não ceder animais recolhidos para realização de pesquisa científica ou apresentação em eventos de entretenimento, conforme Lei Estadual 21.970/2016.

Cláusula referente à eutanásia de cães e gatos

- 9) O compromissário obriga-se a somente realizar ou permitir a eutanásia de animais sob as seguintes condições cumulativas:
 - a) Seja certificado por escrito pelo médico veterinário responsável que o animal é nocivo à saúde e à segurança de seres humanos, ou esteja ele em fase de doença terminal ou apresente quadro irreversível de saúde.
 - b) Seja realizada por médico veterinário ou sob a supervisão dele responsável, que lavrará laudo técnico constando as características do animal,

estado de saúde e a causa da necessidade da morte, a qual somente poderá ter fundamento as circunstâncias descritas no item anterior.

c) Seja empregado método individual recomendado⁴ (injeção de barbitúricos ou outros anestésicos), assegurando que o procedimento não cause dor ou angústia ao animal, e promova perda da consciência de forma rápida, não precedida por qualquer experiência emocional ou física desagradável, seguida de parada cardíaca e respiratória e perda da função cerebral.

II - DAS PREVISÕES GERAIS:

10) O compromissário obriga-se a, no prazo de 10 dias, indicar **três agentes públicos** para participação no curso de Gestão em Manejo Populacional de Cães e Criadouros, oferecido gratuitamente pelo comprometente em parceria com o Instituto Técnico de Educação e Controle Animal (ITEC). A indicação será feita através do e-mail **itec.minas@gmail.com** no qual se informará nome, telefone, e-mail e cargo/função do agente indicado.

11) Este compromisso não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, das atribuições e prerrogativas.

12) O presente termo não desobriga o compromissário de cumprir as obrigações anteriormente assumidas perante os órgãos ambientais.

13) O comprometente poderá fiscalizar a execução do presente acordo, a qualquer tempo, tomando as providências legais cabíveis, ou poderá cometer a respectiva fiscalização a outro órgão que vier a indicar.

14) As obrigações previstas neste instrumento são consideradas de relevante interesse ambiental para todos os fins de direito.

⁴ Vide Resolução nº 1000/2012 do Conselho Federal de Medicina Veterinária

Coordenadoria Estadual
de Defesa da Fauna



15) O compromissário, na execução do objeto do presente termo, poderá se valer de parcerias com entidades protetoras e associações da sociedade civil que tenham objetivo compatível com o presente compromisso positivo, sendo que o resultado final aferido pela soma de esforços entre o compromissário e aludidas entidades/sociedade civil será considerado para o fim de atingimento das obrigações e metas aqui estipuladas.

16) O descumprimento das obrigações aqui assumidas será notificado imediatamente ao compromissário para que seja sanado, no menor prazo técnico possível. Caso o descumprimento persista e não seja tecnicamente justificado, poderá ser aplicada multa diária ao compromissário, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), valor esse que será revertido para o Fundo Especial do Ministério Público – FUNEMP (conta corrente nº 6167-0, agência 1615-2 do Banco do Brasil).

17) O compromissário arcará com todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do presente compromisso de ajustamento de conduta.

Por estarem de acordo, compromitente e compromissário firmam o presente termo de compromisso, lavrado em duas vias de idêntico teor, todas impressas e assinadas.

Compromissário: LUIZ OTAVIO GONCALVES:79206344668
206344668
LUIZ OTÁVIO GONÇALVES

Assinado de forma digital
por LUIZ OTAVIO
GONCALVES:79206344668
Dados: 2022.06.21 11:06:36
-03'00'

Prefeito de Casa Grande

Compromitente:

Promotor(a) de Justiça

Promotoria de Justiça da Comarca de Conselheiro Lafaiete

Luciana Imaculada de Paula

Promotora de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO PEREGRINO, PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 22/06/2022, às 15:27, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA IMACULADA DE PAULA, COORDENADOR DO CAO ESPECIAL**, em 28/06/2022, às 16:26, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **3196847** e o código CRC **0E862D10**.